

1 **ATA DA REUNIÃO EXTRORDINÁRIA DO SUBCOMITÊ DO SISTEMA LAGUNAR DE**
2 **JACAREPAGUÁ (SECRETARIADA) – GRAVAÇÃO DISPONÍVEL** – No dia 07 de novembro
3 de 2025, sexta-feira às 10h, por videoconferência, reuniram-se os membros do Subcomitê do
4 Sistema Lagunar de Jacarepaguá com os seguintes pontos de pauta: **1) Aprovação da pauta;**
5 **2) Apresentação do projeto Corredor Azul e esclarecimentos sobre a consulta pública**
6 **para discussão da proposta de criação de Unidades de Conservação na Baixada de**
7 **Jacarepaguá (Responsável: Vladimir Fernandes - SMAC (Secretaria Municipal de Meio**
8 **Ambiente); 3) Indicação de áreas prioritárias para projetos de restauração ecossistêmica**
9 **(Responsável: Vladimir - SMAC); 4) Análise dos documentos disponibilizados pela Iguá**
10 **em atendimento aos pontos de pauta 5 e 6; 5) Posições que se encontram os Projetos**
11 **do Plano de Manejo e Placas sinalizadoras e Educativas do Mosaico das Vargens,**
12 **financiados pelo CBH-BG - Subcomitê de Jacarepaguá. (Participação: Marcos Jorge); 6)**
13 **Contingenciamento de verba do CBH-BG para lançamento de edital de apoio à Pesquisa;**
14 **7) Informes gerais.** Reunião iniciada às 10h19 com quórum de segunda chamada. A seguinte
15 ordem foi realizada iniciando com o item em discussão: **1) Aprovação da pauta:** Mauro Vilar
16 questionou os membros acerca da aprovação da pauta. Não havendo objeções a pauta foi
17 aprovada. Foi aprovada também a inversão de pauta dos pontos 2 e 3. **2) Indicação de áreas**
18 **prioritárias para projetos de restauração ecossistêmica (Responsável: Vladimir**
19 **Fernandes - SMAC):** Camila de Souza da Rocha se apresentou como engenheira florestal da
20 Prefeitura do Rio, do setor de restauração ambiental e como gerente do programa Mutirão
21 Reflorestamento. Realizou uma contextualização histórica sobre o que atualmente é
22 denominado Programa Refloresta Rio. Informou que as origens do programa remontam à
23 década de 1980, tendo como principais objetivos a contenção de deslizamentos em áreas mais
24 vulneráveis e a redução da expansão das comunidades em áreas de risco. Explicou que o
25 trabalho tem sido desenvolvido com foco na restauração ambiental, por meio de
26 reflorestamento em encostas de comunidades e favelas cariocas, bem como em áreas de
27 restinga e manguezais. Relatou que, em 1994, o programa foi transferido para a SMAC e que,
28 ao longo de aproximadamente 39 anos, foram plantadas mais de 10 milhões de mudas,
29 totalizando cerca de 3.534 hectares de áreas reflorestadas. Destacou que um dos objetivos do
30 programa é a contenção da expansão das comunidades em áreas de risco e que sem as ações

Rua da Quitanda, 185 6º Andar – Centro, Rio de Janeiro - RJ

CEP: 20.091-005 / Cel. (21) 97374-3674

E-mail: cbhbaiadeguanabara@gmail.com

www.comitebaiadeguanabara.org.br



31 de restauração e plantio, a ocupação teria ocorrido de forma muito mais ampla nessas áreas.
32 Camila de Souza da Rocha explicou que o Mutirão Reflorestamento atua prioritariamente com
33 mão de obra da própria comunidade, responsável pela execução das atividades de
34 reflorestamento. Informou que há outra gerência que desenvolve ações por meio de empresas
35 contratadas, seja com recursos da própria prefeitura, seja com recursos provenientes de
36 medidas compensatórias associadas a processos de licenciamento, ou ainda com recursos
37 oriundos de isenção fiscal. Sobre a priorização de áreas para restauração, esclareceu que os
38 critérios considerados incluem proximidade de favelas, proximidade de unidades de
39 conservação, acesso por via pública, suscetibilidade a movimentos de massa relacionados a
40 deslizamentos, declividade, proximidade de fragmentos florestais e existência de áreas de
41 reflorestamento adjacentes. Na sequência, apresentou um recorte da região correspondente à
42 área de atuação do subcomitê Jacarepaguá, destacando que o estudo foi realizado
43 exclusivamente para áreas onde houve algum tipo de atuação ao longo dos 39 anos do
44 programa. Ressaltou que, há aproximadamente 10 anos, a estratégia do programa tem sido
45 direcionar investimentos e orçamento para a manutenção e consolidação das áreas já
46 atendidas, com o objetivo de garantir que essas áreas se tornem efetivamente restauradas.
47 Camila de Souza da Rocha apresentou um mapa temático, explicando que as áreas
48 classificadas como mais prioritárias estavam destacadas em verde, as de prioridade
49 intermediária em amarelo e as de menor prioridade em vermelho. Mauro Vilar questionou se
50 não estão sendo realizados trabalhos na área de restinga, ao que Camila de Souza da Rocha
51 explicou que no passado havia atividade, mas devido corte orçamentário, em 2021 finalizaram
52 o projeto em Piraquê, em Guaratiba e na Ilha do Governador. Mauro Vilar questionou a
53 ausência da região do Mosaico das Vargens no mapa apresentado, dentro das classes de
54 prioridade. Camila de Souza da Rocha esclareceu que se trata de uma área de grande
55 relevância ambiental, porém explicou que apenas áreas onde o programa já havia atuado
56 anteriormente foram priorizadas. Eloísa Torres questionou se a convenção de cores
57 apresentada no mapa não estaria invertida, sugeriu a realização de apresentações
58 comparativas de “antes e depois” dos projetos, com o objetivo de ampliar a divulgação nas
59 redes sociais e uma divulgação mais ampla dos critérios relacionados aos recursos oriundos
60 de isenção fiscal, para atrair o interesse de empresas e outros atores, inclusive internacionais.
61 Camila de Souza da Rocha esclareceu que a ordem das cores estava equivocada na

Rua da Quitanda, 185 6º Andar – Centro, Rio de Janeiro - RJ

CEP: 20.091-005 / Cel. (21) 97374-3674

E-mail: cbhbaiadeguanabara@gmail.com

www.comitebaiadeguanabara.org.br



62 apresentação, sendo o vermelho a classe de maior prioridade. Em relação à divulgação,
63 afirmou que a equipe se esforça para divulgar tanto imagens de antes e depois quanto registros
64 das atividades de campo, destacando a importância não apenas do plantio, mas de todo o
65 processo de restauração, especialmente a etapa de manutenção contínua. Elizabeth Bezerra
66 perguntou sobre a possibilidade de disponibilização dos locais indicados no mapa, ao que
67 Camila de Souza da Rocha informou que é possível encaminhar uma lista com o nome desses
68 projetos, o bairro, de localização, a área que ele abrange, em hectares, a nota de prioridade e
69 o maciço. Veronica Beck, da Associação de Moradores e Amigos da Freguesia, questionou
70 qual seria a fonte dos recursos financeiros destinados às ações de reflorestamento, indagando
71 se as verbas provinham de medidas compensatórias e perguntou se existiam projetos de
72 reflorestamento voltados para a APA (Área de Proteção Ambiental) dos Pretos Forros. Camila
73 de Souza da Rocha esclareceu que o orçamento do programa Mutirão Reflorestamento é
74 proveniente do orçamento da prefeitura, modalidades de financiamento, como recursos de
75 medida compensatória e isenção fiscal. Em relação à Serra dos Pretos Forros, informou que
76 existem projetos ativos de reflorestamento que são realizados integralmente com mão de obra
77 da comunidade. Informou que não há, no momento, equipes do programa atuando diretamente
78 na região mais próxima aos locais específicos citados, uma vez que as equipes estão
79 concentradas em outra vertente da serra. Acrescentou que não há viabilidade técnica ou
80 operacional para a implementação imediata de um novo projeto de reflorestamento naquela
81 localidade específica. Veronica Beck ponderou sobre a possibilidade de atuação nas áreas da
82 Rua Guimarães e na região de uso religioso intenso, destacando que se tratam de áreas
83 residenciais e que, segundo sua avaliação, não há presença de milícias, o que poderia facilitar
84 a implementação de ações. Camila de Souza da Rocha esclareceu que o programa não deixou
85 de atuar na região, ressaltando que existem diversos projetos ativos na Serra dos Pretos Forros
86 no âmbito do sistema Mutirão Reflorestamento, mas ponderou, contudo, que, considerando o
87 recorte orçamentário vigente não há viabilidade para implementar ou abrir uma nova frente de
88 reflorestamento em regime de mutirão no endereço citado pela participante, ao que Veronica
89 Beck expressa indignação pela não abordagem no trecho correspondente à Jacarepagua.
90 Marcos Jorge informou que solicitou o apoio de Vladimir Fernandes para colaborar com o
91 subcomitê de Jacarepaguá na seleção de áreas prioritárias, em função da proposta de
92 lançamento de um edital de restauração. Destacou que, conforme mencionado por Camila de

Rua da Quitanda, 185 6º Andar – Centro, Rio de Janeiro - RJ

CEP: 20.091-005 / Cel. (21) 97374-3674

E-mail: cbhbaiadeguanabara@gmail.com

www.comitebaiadeguanabara.org.br



93 Souza da Rocha no início da apresentação, esta constitui apenas a primeira de várias
94 conversas sobre o tema e que no futuro as áreas apontadas pelos membros podem ser
95 consolidadas, conforme viabilidade. Sandra Albuquerque corroborou e destacou a
96 disponibilidade do Rotary para o auxílio na identificação das áreas prioritárias. Ficou como
97 encaminhamento a realização de uma reunião específica para discutir as prioridades de
98 restauração, o compartilhamento de um mapa mais detalhado que permita acompanhar quais
99 áreas já foram definidas como prioritárias, identificar possíveis inclusões, avaliar como atuar
100 nas próximas áreas e definir estratégias para aprimorar a divulgação. **3) Apresentação do**
101 **projeto Corredor Azul e esclarecimentos sobre a consulta pública para discussão da**
102 **proposta de criação de Unidades de Conservação na Baixada de Jacarepaguá**
103 **(Responsável: Vladimir Fernandes - SMAC):** Vladimir Fernandes explicou que a gerência
104 atua como uma espécie de eixo estruturante da secretaria, com a função de propor
105 instrumentos de proteção ambiental a partir de uma leitura diária do território, o que permite
106 identificar áreas de relevância ambiental e iniciar estudos técnicos para sua proteção, com base
107 em um estudo de áreas prioritárias elaborado em 2017, o que tornou possível chegar à proposta
108 de criação de quatro unidades de conservação no entorno do sistema lagunar de Jacarepaguá,
109 que foi apresentada em consulta pública realizada em 16 de agosto de 2025, etapa obrigatória
110 do procedimento legal e informou que a apresentação de hoje seria um resumo do que lá foi
111 posto. Ele defendeu o instrumento da unidade de conservação como fundamental, não apenas
112 por estabelecer regras de uso do território, mas também por definir modelos de gestão
113 participativa, com envolvimento da sociedade civil desde a proposição, passando pela consulta
114 pública, até a participação em conselhos gestores e na elaboração dos planos de manejo, de
115 forma democrática. Também destacou que atuar com proteção ambiental em Jacarepaguá e,
116 de modo geral, na cidade do Rio de Janeiro, envolve desafios significativos, ressaltando que
117 se trata de um território complexo e historicamente marcado por conflitos e dificuldades de
118 gestão. Apontou que uma das prioridades históricas do planejamento ambiental é a criação de
119 conexões ecológicas entre o maciço da Tijuca e o maciço da Pedra Branca. Mencionou a região
120 da Praça Seca, especialmente ao longo da avenida Cândido Benício, sendo vista como uma
121 potencial conexão verde terrestre, apesar das dificuldades existentes no território. Além disso,
122 destacou a importância da conexão por meio do sistema lagunar de Jacarepaguá,
123 caracterizada como um corredor azul, por envolver diretamente recursos hídricos, o que torna

Rua da Quitanda, 185 6º Andar – Centro, Rio de Janeiro - RJ

CEP: 20.091-005 / Cel. (21) 97374-3674

E-mail: cbhbaiadeguanabara@gmail.com

www.comitebaiadeguanabara.org.br



124 inseparável a discussão entre proteção territorial e gestão das águas no âmbito do subcomitê.
125 A partir dos estudos realizados em 2017, informou que foram identificadas 12 áreas de
126 relevante interesse ambiental, consideradas prioritárias para futuras ações de proteção e
127 criação de unidades de conservação. Explicou que essas áreas passaram a ser incorporadas
128 ao planejamento e à legislação municipal por meio de diferentes instrumentos, como o Plano
129 de Desenvolvimento Sustentável e o Plano Diretor. Apresentou o fluxo administrativo e relatou
130 que surgiu uma proposta oriunda da Câmara de Vereadores para proteger uma área no entorno
131 da Lagoa do Camorim. Sugeriu que a iniciativa não avançasse antes da conclusão do estudo
132 técnico, mas o processo seguiu adiante e foi editado um decreto criando o chamado Parque
133 Municipal Natural no entorno da Lagoa do Camorim. Vladimir Fernandes observou que se trata
134 exatamente da região mencionada anteriormente por Marcos Jorge e Mauro Vilar, onde a Iguá
135 desenvolve ações de recuperação ambiental em conjunto com Mario Moscatelli. Do ponto de
136 vista jurídico, Vladimir Fernandes esclareceu que a legislação federal do Sistema Nacional de
137 Unidades de Conservação estabelece critérios claros quanto à nomenclatura das unidades de
138 conservação e que o nome correto deve ser Parque Natural Municipal, o que não atende
139 integralmente aos critérios previstos na legislação federal. Diante disso, no âmbito do estudo
140 técnico conduzido pela secretaria, optou-se por propor uma nova delimitação, enquadrada
141 corretamente como unidade de conservação de proteção integral. Vladimir Fernandes
142 apresentou trechos da Lei Federal 9.985/200 e relatou que foi constituído um GT no âmbito da
143 secretaria para a elaboração do estudo técnico que resultou na presente proposta de quatro
144 unidades de conservação, sendo três de proteção integral e uma de uso sustentável. Ressaltou
145 que o estudo técnico completo e a apresentação da consulta pública estão disponíveis para
146 consulta, recomendando sua leitura para melhor compreensão da proposta. Explicou que a
147 proposta avança ao fechar lacunas de proteção, valorizando os serviços ecossistêmicos,
148 especialmente na vertente que drena para o sistema lagunar de Jacarepaguá, com a criação
149 do refúgio de vida silvestre, do monumento natural da Pedra da Panela e do parque natural
150 municipal, no qual foi incluída uma área privada indicada no parcelamento do solo como área
151 de proteção, preservação ou equivalente. Informou que, atualmente, cerca de 39,5% do
152 território do município do Rio de Janeiro está protegido por unidades de conservação e que,
153 com a aprovação da proposta, esse percentual poderia chegar a aproximadamente 42%. No
154 recorte específico da bacia e da área de atuação do Subcomitê de Jacarepaguá, destacou que

Rua da Quitanda, 185 6º Andar – Centro, Rio de Janeiro - RJ

CEP: 20.091-005 / Cel. (21) 97374-3674

E-mail: cbhbaiadeguanabara@gmail.com

www.comitebaiadeguanabara.org.br



155 o percentual de território protegido passaria de 54% para cerca de 63%, representando um
156 avanço significativo para a proteção ambiental, para a implementação de políticas públicas e
157 para a captação de recursos em outras esferas de governo. Vladimir Fernandes destacou o
158 mapeamento do uso do solo elaborado pelo Instituto Pereira Passos classifica o território
159 municipal em áreas não urbanizadas, sem ocupação ou construção, e áreas urbanizadas,
160 ocupadas. Em relação aos próximos passos do processo, ele explicou que já foram realizados
161 o estudo técnico, a elaboração da proposta e a consulta pública, que teve avaliação positiva
162 dos participantes, com compreensão e apoio à iniciativa. Informou que foram elaborados os
163 mapas detalhados da proposta, com ajustes cartográficos precisos, definidos em nível de divisa
164 de lotes, que foi produzido um memorial cartográfico descritivo, permitindo a reconstrução da
165 poligonal proposta a partir de coordenadas, direções e pontos cardeais, que foram elaboradas
166 quatro minutas de decreto, que também foi concluído o parecer técnico da gerência
167 responsável e que o processo segue agora para análise jurídica pela Procuradoria Geral, que
168 avaliará tanto o procedimento quanto o texto das minutas. Após essa etapa, o processo será
169 encaminhado ao gabinete do prefeito, a quem cabe a assinatura e a criação formal das
170 unidades de conservação. Uma vez publicados os decretos, a secretaria poderá nomear
171 gestores, será constituído o conselho gestor, com participação diversificada da sociedade civil
172 e de órgãos públicos, e será elaborado o plano de manejo das unidades de conservação.
173 Nathalia Bragança questionou se as atualizações relativas às unidades de conservação, como
174 criação ou ampliação de áreas, poderiam ser acompanhadas pela plataforma SMAC Mapas.
175 Vladimir Fernandes respondeu que existem diferentes plataformas institucionais que recebem
176 essas atualizações, como o Datario, mas que essas informações também são disponibilizadas
177 no SMAC Mapas, mas ainda não constam nessas plataformas porque não foram formalmente
178 criadas. Veronica Beck perguntou se o terreno da Carvalho-Rosca no entorno da Pedra da
179 Panela não seria atingido pela proteção. Vladimir Fernandes esclareceu que parte do terreno
180 da Carvalho-Rosca estaria abrangida pela proteção do Monumento Natural da Pedra da
181 Panela. Ressaltou que categorias de proteção integral admitem determinados tipos de
182 ocupação. Explicou que, após a definição das regras, o proprietário pode optar por aceitá-las
183 ou, caso não concorde, solicitar a desapropriação. Em relação ao Parque Natural Municipal
184 Chico Mendes, Vladimir Fernandes afirmou que existe a proposta de ampliação do parque até
185 o Mosaico Marapendi, por meio do Canal das Taxas, utilizando áreas públicas. Informou que,

Rua da Quitanda, 185 6º Andar – Centro, Rio de Janeiro - RJ

CEP: 20.091-005 / Cel. (21) 97374-3674

E-mail: cbhbaiadeguanabara@gmail.com

www.comitebaiadeguanabara.org.br



186 embora a proposta tenha sido tecnicamente considerada positiva, o processo não avançou,
187 aparentemente devido à resistência do Conselho do Chico Mendes em relação à ampliação.
188 Eloísa Torres percebeu a ausência de conexão entre algumas unidades de conservação.
189 Observou que não existe uma conexão “por cima” entre determinadas áreas, mas sugeriu que
190 poderia haver uma conexão “por baixo”. Apontou que a proposta do Corredor Azul não
191 estabelece ligação direta entre o Parque Nacional e o Parque Estadual da Pedra Branca. Eloísa
192 Torres sugeriu a inclusão de áreas de praia, fazendo referência ao trecho “do Leme ao Pontal”
193 e argumentou que a proteção contínua da orla poderia, inclusive, fortalecer a captação de
194 recursos financeiros, então propôs a criação de uma fonte de financiamento estável e
195 carimbada para a SMAC, inspirada em modelos adotados em cidades europeias, nos quais
196 turistas pagam uma taxa fixa destinada diretamente a políticas públicas e mencionou a
197 possibilidade de estruturar essa proposta por meio de um projeto de lei, a ser apresentado por
198 um vereador. Elizabeth Bezerra manifestou preocupação quanto à viabilidade de
199 implementação do projeto do Corredor Azul, apesar de reconhecer a alta qualidade técnica do
200 trabalho desenvolvido pela SMAC. Relatou que acompanha há anos os processos de criação
201 de unidades de conservação, citando como exemplo o Mosaico das Vargens, descreveu o
202 cenário atual da região como extremamente degradado, com aterramentos, loteamentos legais
203 e ilegais e supressão de vegetação, mencionando episódios recentes de desmatamento que a
204 afetaram emocionalmente. Diante disso, questionou qual seria a probabilidade real de garantir
205 ao menos o mínimo de execução de um projeto ainda mais amplo, como o Corredor Azul.
206 Vladimir Fernandes afirmou acreditar na possibilidade de os projetos avançarem. Enfatizou que
207 nenhum projeto dessa magnitude se sustenta sem a participação ativa da sociedade civil,
208 reconheceu as dificuldades de implementação e as críticas recorrentes à criação de novas
209 unidades de conservação, mas que se trata de uma necessidade básica para a cidade. Como
210 encaminhamento ficou o envio do material disponibilizado por Vladimir Fernandes que deve ser
211 encaminhado juntamente com a ata. **4) Análise dos documentos disponibilizados pela Iguá
212 em atendimento aos pontos de pauta 5 e 6:** Mauro Vilar registrou que buscou, mas não
213 recebeu os documentos solicitados. Como nenhum dos presentes possuía os documentos, o
214 ponto de pauta não foi abordado. **5) Posições que se encontram os Projetos do Plano de
215 Manejo e Placas sinalizadoras e Educativas do Mosaico das Vargens, financiados pelo
216 CBH-BG - Subcomitê de Jacarepaguá. (Participação: Marcos Jorge):** Marcos Jorge

Rua da Quitanda, 185 6º Andar – Centro, Rio de Janeiro - RJ

CEP: 20.091-005 / Cel. (21) 97374-3674

E-mail: cbhbaiadeguanabara@gmail.com

www.comitebaiadeguanabara.org.br



217 registrou que o Plano de Manejo foi contratado no mês de novembro, com o contrato já
218 assinado e informou que há apenas uma pendência relacionada à liberação do documento final
219 do Acordo de Cooperação Técnica. Destacou que, no âmbito do plano de manejo, o processo
220 encontra-se em andamento e que, em breve, o subcomitê terá contato direto tanto com a
221 empresa contratada quanto com a Gerência de Unidades de Conservação ou com a SMAC,
222 ainda estando em definição qual das instâncias fará o acompanhamento direto do contrato.
223 Não havendo questionamentos sobre o Plano de Manejo, seguiu com o projeto de placas
224 sinalizadoras. Marcos Jorge relatou que recebeu, por intermédio de Renato Gomes da Rocha
225 e de um representante do setor de placas e sinalização da Prefeitura, o modelo de placas que
226 está sendo proposto. Marcos Jorge informou que chamou atenção o fato de que as placas de
227 sinalização viária não apresentam qualquer indicativo sobre a origem do financiamento, por
228 serem atemporais. Acrescentou que também existe um segundo grupo composto por placas
229 educativas e informativas e que o único questionamento, nesse caso, refere-se ao destaque
230 conferido ao comitê de bacias, localizado ao final da placa. Renato Gomes da Rocha informou
231 que a legislação não permite qualquer tipo de propaganda em placas de sinalização viária,
232 sendo permitido apenas, no verso da placa, o registro do órgão responsável por sua produção.
233 Marcos Jorge informou que na Via Dutra existem placas com essa indicação acompanhadas
234 da logomarca do comitê. Destacou que, diante do impasse relacionado à assinatura, à liberação
235 pela Procuradoria Geral do Município e à indicação dos técnicos responsáveis pelo
236 acompanhamento do contrato, a diretoria manifesta preocupação em obter um posicionamento
237 oficial da secretaria, de modo a garantir que o investimento ocorra conforme o interesse do
238 Comitê. Por fim, informou os valores estimados das placas de sinalização viária, registrando
239 que cada placa custa cerca de R\$ 2.800,00 (dois mil e oitocentos reais), que a coluna de aço
240 tem custo aproximado de R\$ 9.994,90 (nove mil novecentos e noventa e quatro reais e noventa
241 centavos) e que o modelo completo de instalação pode alcançar o valor em torno de R\$
242 20.000,00 (vinte mil reais). Elizabeth Bezerra registrou a demanda de incluir QR codes com
243 relevo para acessibilidade nas placas educativas. Não houveram encaminhamentos. **6)**
244 **Contingenciamento de verba do CBH-BG para lançamento de edital de apoio à Pesquisa:**
245 Mauro Vilar apresentou ponto de pauta relativo à possibilidade de contingenciamento de
246 recursos destinados ao lançamento de edital de apoio à pesquisa. Ressaltou a relevância da
247 pesquisa científica para o avanço do conhecimento sobre problemas recorrentes discutidos no

Rua da Quitanda, 185 6º Andar – Centro, Rio de Janeiro - RJ

CEP: 20.091-005 / Cel. (21) 97374-3674

E-mail: cbhbaiadeguanabara@gmail.com

www.comitebaiadeguanabara.org.br



248 âmbito do comitê, como contaminação ambiental, impactos sobre a biodiversidade e a saúde
249 da população, incluindo doenças associadas à poluição. Destacou que muitas ferramentas e
250 análises necessárias para uma avaliação mais precisa desses impactos estão concentradas
251 nas universidades e instituições de pesquisa, que possuem *expertise* difícil de ser reproduzida
252 por empresas contratadas. Salientou que, diante do cenário atual de escassez de recursos para
253 pesquisa no Brasil, torna-se ainda mais relevante a manutenção de editais de apoio à pesquisa
254 financiados pelos comitês de bacia. Informou que, por questões burocráticas e administrativas,
255 relacionadas a tentativas frustradas da AGEVAP (Associação Pró-Gestão das Águas da Bacia
256 Hidrográfica do Rio Paraíba do Sul) de firmar convênios com fundações de amparo à pesquisa,
257 existe o interesse em contingenciar. Mauro Vilar esclareceu que tomou conhecimento dessa
258 possibilidade recentemente e relatou que, a partir de sua proximidade com as fundações de
259 apoio à pesquisa, entrou em contato com a atual coordenadora da área científica da Fundação
260 de Amparo à Pesquisa do Estado do Rio de Janeiro (FAPERJ), colocando Marcos Jorge em
261 contato com a instituição. Segundo Mauro Vilar, houve sinalização positiva por parte da
262 FAPERJ. Ele solicitou um posicionamento contrário ao contingenciamento dos recursos
263 destinados à pesquisa. Marcos Jorge esclareceu que a proposta de redução do valor
264 atualmente previsto para apoio à pesquisa e extensão não significa abandono dessa agenda,
265 mas uma preocupação com a capacidade real de execução dos investimentos pelo comitê.
266 Argumentou que a adequação do valor, de cinco para dois milhões de reais, permitiria viabilizar
267 ações de execução mais rápida, como planos de manejo e outras iniciativas consideradas
268 prioritárias por diversos subcomitês. Após ampla discussão, Elizabeth Bezerra questionou se
269 seria possível desburocratizar o processo, ao que Mauro Vilar informou que a burocracia é
270 inevitável, mas que os concededores da burocracia tem o compromisso de simplificar o
271 processo. Por ausência de quórum, a questão ficou como encaminhamento e a discussão será
272 levada a plenário. **7) Informes gerais:** Não havendo informes gerais, a reunião foi encerrada
273 às 13h15.

274 **Presentes: Poder Público:** Conselho Regional de Biologia (CRBio-2ª Região) - Mauro Cesar
275 Palmeira Vilar; Secretaria Municipal do Ambiente e Clima (SMAC) - Vladimir da Franca
276 Fernandes; **Usuários de Recursos Hídricos:** Iguá Rio de Janeiro S/A: Nathalia Salustiano
277 Vieira Bragança; **Sociedade Civil:** Ecomarapendi - Vera Maria de Rossi Chevalier; Rotary Club

Rua da Quitanda, 185 6º Andar – Centro, Rio de Janeiro - RJ

CEP: 20.091-005 / Cel. (21) 97374-3674

E-mail: cbhbaiadeguanabara@gmail.com

www.comitebaiadeguanabara.org.br



278 do Rio de Janeiro - Sandra Albuquerque de Souza e Silva; Associação de Moradores e Amigos
279 de Vargem Grande (AMAVAG) - Renato Gomes da Rocha; Câmara Comunitária da Barra da
280 Tijuca (CCTB) - Eduardo Figueira. **Ausentes:** Fundação Oswaldo Cruz (Fiocruz Mata Atlântica)
281 - Aliciane de Souza Peixoto e Priscilla Magalhães Rodrigues Lisboa; Fundação Rio Águas -
282 Daniel José Rienda Moraleida E Patrícia Ney de Montezuma; Instituto Estadual do Ambiente
283 (INEA) - Márcio Franco da Costa; Marina Barra Club - Liliane Lusten Prohmann; Colônia de
284 Pescadores Z-13 - José Manoel Pereira Rebouças e Hélio Flamarion Saramago; Associação
285 de Moradores e Amigos da Freguesia (AMAF) - Juliana Fernandes Botelho dos Santos e
286 Guilherme Teixeira Azeredo Martins; Centro Federal de Educação Tecnológica Celso Suckow
287 da Fonseca (CEFET) - André Leone Rigueti; Instituto Mar Adentro - Mariana Clauzet e Clério
288 Aguiar Júnior; Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro – PUC - Ana Cristina
289 Malheiros G. Carvalho e Antonio Krishnamurti Beleño de Oliveira;. **Convidados:** Iguá Rio de
290 Janeiro S/A – Caroline Cavalcanti; Associação de Moradores e Amigos da Freguesia (AMAF) -
291 Verônica Beck; Secretaria Municipal do Ambiente e Clima (SMAC) – Gabriel de Castro e Márcia
292 Giannini; Prefeitura Rio de Janeiro - Camila de Souza da Rocha; GAE/APEDEMA – Roberto
293 (Sem sobrenome); (Não informou Instituição) - Fladmir Guimarães; (Não informou Instituição)
294 - Eloísa Torres; (Não informou Instituição) - Elizabeth Bezerra; (Não informou Instituição) –
295 Maria Ana Neves; (Não informou Instituição) – Cristina Portella; (Não informou Instituição) –
296 Mauro Salinas; (Não informou Instituição) – Juliana Baptista. **AGEVAP (Secretaria Executiva):**
297 Christian Kosuf e Marcos Jorge.

298 **Encaminhamentos:**

299 **1)** Realização de uma reunião específica para discutir as prioridades de restauração, o
300 compartilhamento de um mapa mais detalhado que permita acompanhar quais áreas já foram
301 definidas como prioritárias, identificar possíveis inclusões, avaliar como atuar nas próximas
302 áreas e definir estratégias para aprimorar a divulgação. **(Coordenação)**

303 **2)** Enviar o material disponibilizado por Vladimir Fernandes; **(Secretaria Executiva)**

304 Rio de Janeiro, 07 de novembro de 2025.

305



306

307

308

309

310

311

Renato Gomes da Rocha / João Pedro Maciente Rocha
Liliane Lusten Prohmann / Silma Cardoso de Santa Maria
Mauro Cesar Palmeira Vilar / Roberta Miranda de Araujo
Coordenação Colegiada do Subcomitê Jacarepaguá

Rua da Quitanda, 185 6º Andar – Centro, Rio de Janeiro - RJ

CEP: 20.091-005 / Cel. (21) 97374-3674

E-mail: cbhbaiadeguanabara@gmail.com

www.comitebaiadeguanabara.org.br

